

<p>... continuação da Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de agosto de 2024 do Consórcio Terenas Energia específica das obrigações aqui assumidas, sem prejuízo de qualquer Consorciada inocente buscar, alternativa ou cumulativamente, indenização por perdas e danos diretos. Para fins de esclarecimento, fica desde já acordado entre as Partes que danos indiretos e lucros cessantes, bem como qualquer outro dano superveniente não serão indenizados de uma parte a outra. 13.13. Qualquer alteração ou aditamento aos termos do presente Instrumento somente obrigará as Consorciadas se feita por escrito e assinada conjuntamente por estas, e desde que previamente e expressamente autorizado pela ANEEL, caso necessário. 13.14. As Consorciadas declaram que obtiveram todas as autorizações societárias necessárias para firmar o presente Instrumento e assumir as responsabilidades e obrigações nele acordadas. 13.15. Cada uma das Partes manterá (e assegurará que suas contratadas, subcontratadas, consultores e agentes, bem como cada um dos sucessores e cessionários permitidos dos mesmos mantenham) em caráter sigiloso todos os documentos e demais informações que sejam de natureza técnica ou comercial, que lhe sejam fornecidos oralmente ou por escrito, relativamente a este Instrumento, a qualquer das operações ou atos aqui previstos, aos negócios ou atividades da outra parte ou todas as informações e documentos que obtenha durante qualquer exame realizado em conformidade com os termos deste Instrumento. Salvo se exigido pela legislação aplicável, cada uma das Consorciadas não publicará, nem por outra forma divulgará ou utilizará as informações mencionadas acima para seus fins particulares, exceto conforme exigido para o cumprimento de suas obrigações nos termos deste Instrumento. 13.15.1. Não obstante as disposições acima, cada uma das Consorciadas reconhece e aceita que os referidos documentos e informações poderão ser divulgados às suas empresas afiliadas, empregados, assessores, consultores, advogados, investidores efetivos e em potencial, bancos e instituições correlatas e a demais terceiros, conforme venha a ser necessário para que dê cumprimento a suas obrigações nos termos do presente Instrumento ou para que elabore ou audite suas demonstrações financeiras, ou para obtenção de financiamento necessário para a implantação do Empreendimento. Entretanto, cada Consorciada deve instruir tais empresas afiliadas, empregados, assessores, consultores, advogados, investidores efetivos e em potencial, e terceiros acerca da existência do sigilo tratado na Cláusula 13.18 acima, assegurando o seu cumprimento por tais entes ou indivíduos. 13.15.2. As disposições previstas sobre informações sigilosas acima não serão aplicáveis a (a) quaisquer informações que tenham caído em domínio público, não por quebra deste Instrumento; (b) informações que estejam ou venham a estar na posse da parte que as recebeu, anteriormente à mencionada publicação ou divulgação</p>	<p>e que não foram ou não sejam obtidas em descumprimento de qualquer obrigação de sigilo; ou (c) informações obtidas de terceiro que a parte que as recebeu acredite, depois de investigações razoáveis, estivesse livre para divulgar as mesmas, desde que tais informações não tenham sido obtidas pela parte que as recebeu em descumprimento de qualquer obrigação de sigilo. 13.16. As Partes reconhecem que os únicos dados pessoais envolvidos nessa contratação são referentes aos signatários e testemunhas que subscrevem o presente Instrumento e, portanto, garantem que não utilizarão os referidos dados para outro fim que não a assinatura deste documento, bem como que cumprirão as regras para tratamento destes dados pessoais, conforme estipulado na Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados ou "LGPD". 13.17. As Consorciadas declaram e garantem que: (a) conhecem e cumprem integralmente o disposto nas leis brasileiras, incluindo, mas não se limitando, a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/1998), Lei da Defesa da Concorrência (Lei nº 12.529/2011), Lei das Licitações (Lei nº 8.666/1993), bem como nas demais legislações correlatas vigentes e normas emitidas pelos órgãos reguladores de mercado ou setor ("Legislação sobre Ética"), no que for aplicável; (b) não violaram e não as violarão, não praticaram e não praticarão qualquer conduta indevida, irregular ou ilegal nos termos da Legislação sobre Ética; (c) não tomaram e não tomarão qualquer ação uma em nome da outra, salvo se e nos limites do quanto previsto neste Instrumento; (d) não realizaram e não realizarão qualquer ato que venha a favorecer em desacordo com a Legislação sobre Ética, de forma direta ou indireta, uma à outra ou quaisquer terceiros; (e) mantiveram e manterão, durante todo o relacionamento decorrente deste Instrumento (negociação, período de vigência e término), total conformidade com seus respectivos Código de Ética ou Conduta, bem como com as Legislação sobre Ética, no que for aplicável, independentemente de qualquer aviso ou notificação; (f) salvo conforme previamente divulgado, nenhum dos conselheiros, diretores, sócios ou empregados das Consorciadas diretamente envolvidos neste Instrumento é atualmente um agente público. Cada Parte deverá informar a outra, em tempo hábil e por escrito, quando qualquer de seus conselheiros, diretores, sócios ou empregados tornar-se um agente público; (g) manterão seus livros e/ou Escrituração Contábil Digital (ECD), registros e documentos contábeis com detalhes e precisão suficientemente adequados para refletir claramente as operações e os recursos objetos do presente Instrumento; (h) não têm nenhuma relação atual ou iminente que crie conflito de interesses ou que de algum modo inviabilize a execução do objeto deste Instrumento; (i) todas as informações enviadas, sob as penas da legislação aplicável, são completas, verdadeiras e precisas assumindo total responsabilidade pela sua exatidão, no momento em que foram prestadas; (j) cada uma das Consorciadas deverá, no âmbito deste</p>	<p>Instrumento e na hipótese de violação de qualquer dos itens supramencionados, (a) informar em tempo hábil a outra Parte acerca das referidas violações; e, (b) isentar as Consorciadas inocentes de toda e qualquer responsabilidade relacionada à referida violação, indenizando-a por perdas e danos diretos, custos ou despesas, incluindo, mas não se limitando, às condenações administrativas ou judiciais e honorários que vier a incorrer para a defesa de seus direitos e interesses; (k) as Partes concordam que o descumprimento das regras dispostas na presente cláusula poderá ensejar a rescisão motivada deste Instrumento, mediante notificação da parte inocente à inadimplente, observadas as penalidades previstas neste Instrumento; e (l) as Consorciadas estabelecem entre si a obrigação de apresentar todo e qualquer documento que, solicitado de forma justificada pela outra Parte, ateste o adimplemento das obrigações aqui previstas, mediante solicitação prévia por escrito, seguida de motivação razoável, acompanhada de provas, quando possível, do quanto alegado de que há irregularidades ou de práticas ilícitas havidas. 13.18. As Consorciadas reconhecem que este Instrumento assinado eletronicamente pelas partes e testemunhas produz os mesmos efeitos legais da via assinada fisicamente, nos termos da Lei nº 13.874/2019 e do Decreto nº 10.278/2020, e acordam não contestar a sua validade, conteúdo, autenticidade e integridade. As Partes convencionam, ainda, que este documento poderá ser assinado de forma manuscrita, por meio eletrônico, ou ambas as formas indistintamente, ainda que por meio de plataforma de assinatura eletrônica não credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) e sem certificado de assinatura digital, nos termos do artigo 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001. E, por assim estarem certos e de pleno acordo, assinam o presente Instrumento, em 1 (uma) via, eletrônica ou digital, os representantes das Consorciadas, o advogado devidamente registrado junto à Ordem dos Advogados do Brasil e 2 (duas) testemunhas instrumentais. São Paulo-SP, 21 de agosto de 2024. Argentum Comercializadora de Energia Ltda. – Consorciada Líder, Paladium Comercializadora de Energia Ltda. – Consorciada. Rodolfo Marcelino Nascimento Lemelle – OAB/RJ nº 228.960 – Advogado Responsável. Representantes da Consorciada Líder: Rubens Celso Alves Misorelli Filho, Carlos Alberto de Carvalho Caselli, Federico Marsano, Guilherme Santos Hanna, Franco Haruki Kosaka. Testemunhas: Nome: Sarah Ribeiro de Almeida Mourthe Edmundo – CPF: 161.938.426-40, Nome: Larissa Silva Lima – CPF: 241.047.908-18. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Certifico o registro sob o nº 11938704 em 29/08/2024. Protocolo 245239235 de 26/08/2024. Marinely de Paula Bonfim – Secretária Geral. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.500.762.863 em 06/09/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.</p>
---	---	---

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/09/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



CNPJ nº 26.664.077/0001-50

S) REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações

	Classifica-	% Participação
1	1	100
2	2	100
3	3	100
4	4	100
5	5	100
6	6	100
7	7	100
8	8	100
9	9	100
10	10	100
11	11	100
12	12	100
13	13	100
14	14	100
15	15	100
16	16	100
17	17	100
18	18	100
19	19	100
20	20	100
21	21	100
22	22	100
23	23	100
24	24	100
25	25	100
26	26	100
27	27	100
28	28	100
29	29	100
30	30	100
31	31	100
32	32	100
33	33	100
34	34	100
35	35	100
36	36	100
37	37	100
38	38	100
39	39	100
40	40	100
41	41	100
42	42	100
43	43	100
44	44	100
45	45	100
46	46	100
47	47	100
48	48	100
49	49	100
50	50	100
51	51	100
52	52	100
53	53	100
54	54	100
55	55	100
56	56	100
57	57	100
58	58	100
59	59	100
60	60	100
61	61	100
62	62	100
63	63	100
64	64	100
65	65	100
66	66	100
67	67	100
68	68	100
69	69	100
70	70	100
71	71	100
72	72	100
73	73	100
74	74	100
75	75	100
76	76	100
77	77	100
78	78	100
79	79	100
80	80	100
81	81	100
82	82	100
83	83	100
84	84	100
85	85	100
86	86	100
87	87	100
88	88	100
89	89	100
90	90	100
91	91	100
92	92	100
93	93	100
94	94	100
95	95	100
96	96	100
97	97	100
98	98	100
99	99	100
100	100	100

Sumários das principais políticas contábeis: Apuração do resultado:

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

receitas de serviços prestados estão sujeitas aos seguintes impostos e

Composição dos investimentos em 31/12/2022

do CPC 48 - Instrumentos Financeiros em 01/01/2018. A classificação dos

financiamentos, além da expectativa de geração de caixa suficiente para **9. Intangível:** A Sociedade como plano de negócios realiza a imple-

3. Caixa e equivalentes de caixa: Controladora Consolidado das atividades, carteira de clientes e montagem dos geradores fotovoltaicos.

4. Contas a receber:	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	Saldo inicial	1.162	-
----------------------	---------------------	--------------------	---------------	-------	---

receber são títulos a vencer nos próximos 30 dias. Os valores a receber a

11. Obrigações tributárias a pagar e diferidas:

Obrigações tributárias correntes:

	Controladora	Consolidado		
	2023	2022	2023	2022
IRPJ e CSLL	58	27	194	131
Pis	1	1	8	7
COFINS	6	5	37	35
ISS	4	4	9	33
	69	37	248	206

Obrigações tributárias diferidas:

	Controladora	Consolidado		
	2023	2022	2023	2022
IRPJ e CSLL	20	18	125	63
Pis e COFINS	7	6	28	14
	26	24	153	77

12. Contas a pagar:

	Controladora	Consolidado		
	2023	2022	2023	2022
GD – Geração Distribuída e Participações S.A. – 2.514			2.543	
Debêntures	6.315		6.315	
	6.315	2.514	6.315	2.543
Circulante	2.200	1.200		1.229
Não circulante	4.115	1.314	6.315	1.314

A parcela não circulante está apresentada a seguir por ano de vencimento:

	R\$
2025	1.340
2026	1.392
2027	1.383
	4.115

13. Provisão para contingência:

A Companhia, no curso normal de suas operações, não está envolvida em ações judiciais sobre questões trabalhistas, cíveis e tributárias. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais, avaliou que em 31/12/2023 não possuía processos em andamento, dessa forma, não há necessidade de constituição de provisão para contingência.

14. Patrimônio líquido: Capital social: O Capital Social da Companhia em 31/12/2023 e 2022 é de R\$ 12.119 milhão dividido em 12.119.000 ações ordinárias. Reserva legal e políticas de dividendos: A reserva legal é constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período social, após a compensação de prejuízos acumulados, nos termos do

artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Aos detentores das ações ordinárias é assegurado um dividendo não inferior a 25%, calculado com base no lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei. Aos detentores das ações ordinárias é assegurado um dividendo não inferior a 25%, calculado com base no lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei, que em 31/12/2022 está representado a seguir:

2023

4.165

(208)

3.957

(989)

(11)

(1.000)

Lucro líquido do exercício

Reserva Legal – 5%

Base de cálculo dos dividendos

Dividendos propostos 25%

Dividendos adicionais pagos durante o exercício 2022

Total de dividendos distribuídos

Durante o exercício de 2023, a Companhia efetuou a distribuição de lucros no montante de R\$ 1.000 (em 2022 foi distribuído no montante de 1.763). Em 2023, houve distribuição de dividendos em montante superior ao dividendo mínimo obrigatório, não havendo, portanto, registro no passivo desta obrigação. A reserva de retenção de lucros representa os lucros remanescentes, após a destinação para reserva legal e da proposta de distribuição de dividendos, que são retidos para fazer face aos compromissos assumidos e para investimentos e expansão da Companhia.

15. Receita líquida:

	Controladora	Consolidado		
	2023	2022	2023	2022
Receita de prestação de serviços	1.945	1.987	8.566	2.530
Receita com aluguel	102	77	3.526	1.717
Impostos sobre receitas	(108)	(135)	(338)	(233)
	1.939	1.929	7.044	4.014

2023

2022

2023

2022

Controladora

Consolidado

(137)

(140)

(308)

(159)

(32)

(13)

(13)

(509)

(327)

-

-

(190)

(152)

-

-

(14)

(25)

(43)

(48)

(142)

(74)

(193)

(201)

(1.195)

(737)

2023

2022

2023

2022

Controladora

Consolidado

(116)

(223)

(140)

(277)

(50)

(70)

(40)

(32)

(2)

(2)

(2)

(2)

(10)

(1)

(22)

(7)

(222)

(180)

(222)

(180)

(2)

(55)

(2)

(62)

(5)

(12)

(12)

(14)

(279)

(83)

(294)

(117)

(39)

(19)

(86)

(41)

(48)

(6)

(106)

(10)

-

-

(76)

(16)

(38)

-

(38)

-

(17)

(81)

(651)

(1.040)

(779)

16. Custo:

Serviços prestados

Custo com pessoal

Depreciações

Depreciação direito de uso

Custo com manutenção

Outros custos

2023

2022

2023

2022

Controladora

Consolidado

(116)

(223)

(140)

(277)

(50)

(70)

(40)

(32)

(2)

(2)

(2)

(2)

(10)

(1)

(22)

(7)

(222)

(180)

(222)

(180)

(2)

(55)

(2)

(62)

(5)

(12)

(12)

(14)

(279)

(83)

(294)

(117)

(39)

(19)

(86)

(41)

(48)

(6)

(106)

(10)

-

-

(76)

(16)

(38)

-

(38)

-

(17)

(81)

(651)

(1.040)

(779)

17. Despesas administrativas:

Outras despesas administrativas

Aluguel

Energia Elétrica

Viagens E Estadas

Pré-labore

Serviços autônomos

Comunicações

Honorários jurídicos

Contabilidade

Multas e impostos diversos

Seguros

Serviços prest. por pessoa jurídica

2023

2022

2023

2022

Controladora

Consolidado

(116)

(223)

(140)

(277)

(50)

(70)

(40)

(32)

(2)

(2)

(2)

(2)

(10)

(1)

(22)

(7)

(222)

(180)

(222)

(180)

(2)

(55)

(2)

(62)

(5)

(12)

(12)

(14)

(279)

(83)

(294)

(117)

(39)

(19)

(86)

(41)

(48)

(6)

(106)

(10)

-

-

(76)

(16)

(38)

-

(38)

-

(17)

(81)

(651)

(1.040)

(779)

18. Outras receitas/(despesas) operacionais:

Equalização de participação societária

Outras receitas e despesas

2023

2022

2023

2022

Controladora

Consolidado

2.778

 - | 2.778 | - | (55) | 175 | (35) | 336 | 2.723 | 175 | 2.743 | 336 |

2023

2022

2023

2022

Controladora

Consolidado

(1.384)

(3)

(1.550)

(8)

(3)

 - | (4) | (2) | (1.387) | (3) | (1.554) | (10) |

2023

2022

2023

2022

Controladora

Consolidado

-

-

8

33

41

5

99

23

41

5

107

56

20. IRPJ e CSLL: IRPJ e CSLL – resultado do exercício:

	Controladora	Consolidado		
	2023	2022	2023	2022
Adições (exclusões) ao lucro tributável	4.935	(2.975)	(7.996)	(4.017)
Efeitos da adoção do lucro presumido (-) Base de cálculo	(575)	(590)	(1.891)	(1.137)
Alíquota de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%

2023

2022

2023

2022

Controladora

Consolidado

(195)

(201)

(643)

(387)

2023

2022

2023

2022

Controladora

Consolidado

(137)

(140)

(308)

(159)

(32)

(13)

(13)

(509)

(327)

-

-

(190)

(152)

-

-

(14)

(25)

(43)

(48)

(142)

(74)

(193)

(201)

(1.195)

(737)

2023

2022

2023

2022

Controladora

Consolidado

(116)

(223)

(140)

(277)

(50)

(70)

(40)

(32)

(2)

(2)

(2)

(2)

(10)

(1)

(22)

(7)

(222)

(180)

(222)

(180)

(2)

(55)

(2)

(62)

(5)

(12)

(12)

(14)

(279)

(83)

(294)

(117)

(39)

(19)

(86)

(41)

(48)

(6)

(106)

(10)

-

-

(76)

(16)

(38)

-

(38)

-

(17)

(81)

(651)

(1.040)

(779)

19. Resultado financeiro:

Despesas Financeiras

Despesas Bancárias

Otras despesas financeiras

2023

2022

2023

2022

Controladora

Consolidado

(1.384)

(3)

(1.550)

(8)

(3)

 - | (4) | (2) | (1.387) | (3) | (1.554) | (10) |

2023

2022

2023

2022

Controladora

Consolidado

-

-

8

33

41

5

99

23

41

5

107

56

21. Resultado operacional antes do IRPJ e CSLL:

	Controladora	Consolidado		
	2023	2022	2023	2022
Adições (exclusões) ao lucro tributável	4.935	(2.975)	(7.996)	(4.017)
Efeitos da adoção do lucro presumido (-) Base de cálculo	(575)	(590)	(1.891)	(1.137)
Alíquota de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%

2023

2022

2023

2022

Controladora

Consolidado

(195)

(201)

(643)

(387)

2023

2022

2023

2022

Controladora

Consolidado

(137)

(140)

(308)

(159)

(32)

(13)

(13)

(509)

(327)

-

-

(190)

(152)

-

-

(14)

(25)

(43)

(48)

(142)

(74)

(193)

(201)

(1.195)

(737)

2023

2022

2023

2022

Controladora

Consolidado

(116)

(223)

(140)

(277)

(50)

(70)

(40)

(32)

(2)

(2)

(2)

(2)

(10)

(1)

(22)

(7)

(222)

(180)

(222)

(180)

(2)

(55)

(2)

(62)

(5)

(12)

(12)

(14)

(279)

(83)

(294)

(117)

(39)

(19)

(86)

(41)

(48)

(6)

(106)

(10)

-

-

(76)

(16)

(38)

-

(38)

-

(17)

(81)

(651)

(1.040)

(779)

22. Resultado por ação:

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) – Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022: Básico: o cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício; Diluído: o resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, considerando todas as ações ordinárias potenciais diluídas. As ações potenciais diluídas estão relacionadas às opções de compra de ações. A Companhia atualmente não possui programa de opção de compra de ações. O Quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico e diluído por ação, os quais são idênticos:

2023

2022

4.165

2.184

Quantidade de ações

12.119.000

12.119.000

Lucro básico e lucro diluído por lote de mil ações (em Reais)

0,34

0,18

23. Cobertura de seguros:

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar, buscando no mercado coberturas compatíveis com o porte de suas operações. A Companhia mantém em 31/12/2023, as seguintes contratos de seguros a valores considerados compatíveis com os riscos envolvidos ao seu imobilizado referente a danos elétricos, riscos de vendaval, granizo no montante total de R\$ 9.900. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

24. Instrumentos financeiros:

a) Valorização dos instrumentos financeiros: Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações, estabelecidas pela Administração. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. Os instrumentos financeiros estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: • Caixa e equivalente de caixa: os saldos em conta corrente mantidos em bancos de primeira linha têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis; • Empréstimos e financiamentos: os valores de mercado para os empréstimos e financiamentos são idênticos aos dos saldos contábeis, sendo atualizados conforme cláusulas previstas nos contratos. b) Operações com instrumentos derivativos: A Companhia não efetua operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco, tampouco contrata instrumentos de proteção visando mitigar o risco de exposição cambial oriunda das transações comerciais que realiza em moeda estrangeira, principalmente em Dólar. c) Considerações sobre os riscos operacionais: Risco de crédito: A Companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além de proceder o contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de rating. Risco de liquidez: A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro recursos de caixa e equivalentes de caixa ou acessos a recursos imediatos. Desta forma, a Companhia realiza operações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas Solarian Energy S.A., São Paulo – SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Solarian Energy S.A. ("Companhia") e suas controladas, identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Solarian Energy S.A. em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a

evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e inter-

nacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com

base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 15/07/2024

Paulo Rogério Martínez Nunes Sôcio – Responsável Contador – CRC n.º SP-052469/S – CNAI n.º 662 Capital Auditória Contábil e Fiscal S/S CRC/RS 1.979 – Código CVM n.º 00375-8

SCB Mogi Terras S.A.

CNPJ/MF nº 44.928.210/0001-10 – NIRE 35.300.584.783

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de julho de 2024

A Assembleia Geral Ordinária da SCB Mogi Terras S.A. ("Companhia"), instalada com a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, independentemente de convocação, presidida pela Sra. Stella Pereira Lima e secretariada pela Sra. Vanessa Aparecida Santos Magalhães, realizou-se às 09:00 horas do dia 31 de julho de 2024, na sede social, na Avenida Paulista, 1.106, Edifício Eljass Gikis-Manis, 9º andar, Sala São Paulo, Bairro Bela Vista, CEP 01310-914, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Na conformidade da Ordem do Dia, foi decidido, por unanimidade de votos, **aprovar**, sem quaisquer ressalvas (I) o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, devidamente publicadas no jornal Data Mercantil, na edição impressa, na página 06 da edição do dia 28 de junho de 2024, e na edição digital, na página 01 da edição do dia 28 de junho de 2024, e que constituem o **Documento I** da presente ata, autenticado pela Mesa e que será arquivado na sede da Companhia; e (II) o respectivo relatório e as contas da administração. Os termos desta ata foram aprovados pelas acionistas presentes, que a subscrevem. São Paulo, 31 de julho de 2024. **Stella Pereira Lima** – Presidente da Mesa; **Vanessa Aparecida Santos Magalhães** – Secretária da Mesa. p. **Sumitomo Chemical Brasil Indústria Química S.A.** Iara Aparecida Lopes de Oliveira Souza e Pedro Luiz Tagliari; p. **Red Mountain Participações Sociedade Unipessoal Ltda.** Liliane Alberti. **Stella Pereira Lima** – Presidente da Mesa; **Vanessa Aparecida Santos Magalhães** – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 325.339/24-7 em 29/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

BSI Capital Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 11.257.352/0001-43 – NIRE 35.300.461.827

Edital de Convocação – Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 7ª Série da 1ª Emissão da BSI Capital Securitizadora S.A. a ser realizada em 06/09/2024 – 2ª Convocação

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 7ª série da 1ª Emissão da **BSI Capital Securitizadora S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.257.352/0001-43 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 10 do Termo de Securitização, celebrado em 09/10/2020, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **16/09/2024**, às **11:00 horas**, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23/12/2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: a) Declaração ou não de vencimento antecipado: deliberar, à luz das informações prestadas pelas Devedoras CAPP4 e C&M, que identificaram a impossibilidade de finalização das obras dos Empreendimentos com os recursos inicialmente captados através da oferta dos CRI; b) Reestruturação da operação: caso não aprovada a declaração de vencimento antecipado, deliberar sobre reestruturação dos seguintes aspectos da operação: (i) concessão de carência de 12 meses para pagamento de juros e amortização dos CRI, a contar da parcela de Junho/2024, sem pagamento de prêmio ou multa pelas Devedoras CAPP4 e C&M e a consequente alteração no fluxo de pagamento; (ii) autorizar a substituição do cronograma de obras dos Empreendimentos com a conclusão das obras até seis meses para o empreendimento Quartier Maricá Parc e três meses para o término do empreendimento Quartier Itaboraí Club; c) Autorização de novo CRI: deliberar sobre a autorização às Devedoras CAPP4 e C&M e aos Fiadores para que tomem nova dívida via mercado de capitais, através de nova emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, no valor de até R\$ 20.000.000,00 ("Novo CRI"), com a consequente autorização para que as Devedoras CAPP4 e C&M e os Fiadores possam assumir obrigações perante terceiros, prestar garantias ou aval, alienar e/ou impor ônus sobre seus ativos. O Novo CRI e os CRI 7ª Série da 1ª Emissão deverão contar com hipótese de vencimento antecipado em caso de descumprimento ou inadimplemento de quaisquer das operações (*Cross default*); d) caso aprovados os itens (a) a (c) acima, aprovar discutir e deliberar sobre a alteração de eventuais outros termos e condições relativos aos CRI, com o consequentemente aditamento de toda a documentação dos CRI. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para amanda.melo@bsicapital.com.br fiduciario@commcor.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 7ª Série da 1ª Emissão), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. São Paulo, 07/09/2024. **BSI Capital Securitizadora S.A.** (07, 10, 11/09/2024)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/09/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

